



**JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
PREGÃO**

**LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO - N.º 14/2019**

**RELATÓRIO FINAL**

Instado a proceder a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando a contratação de serviços técnicos especializados na área de engenharia ou arquitetura, sob o regime de empreitada por preço unitário, com cessão de mão de obra residente, por meio da alocação de 4 (quatro) postos de trabalho ocupados por profissionais da área de engenharia e/ou arquitetura, para desempenho de atividades de elaboração, detalhamento e compatibilização de projetos, orçamentos, acompanhamento de obras, fiscalização de serviços e obras de engenharia/arquitetura e elaboração de laudos e pareceres técnicos, abrangendo, ainda, a prestação de consultorias técnicas e de outros serviços técnicos eventuais, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I Edital 14/2019, o Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação na internet, nos sites do TRE-BA e Comprasnet e no Diário Oficial da União, respectivamente.

Aos 09 (nove) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às 15h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 18/2018, procedeu à realização dos trabalhos relativos ao Pregão em epígrafe.

Após exame preliminar das propostas, o item foi aberto para lances.

Encerrada a fase de competitiva, identificou-se que a licitante ASCON LTDA apresentou a melhor oferta para o item único do certame, com o lance de **R\$ 1.315.999,99**. Foi solicitado então que a mesma encaminhasse, através da opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo as planilhas de custos e formação de preços, demonstrando como chegou ao valor proposto, conforme Anexo II (PROPOSTA- PADRÃO). A documentação foi enviada dentro do prazo estabelecido e, após análise da planilha, identificou-se a existência de erros que necessitavam ser corrigidos pela licitante. Tendo em vista a condição 8.17 do Edital, foi aberto novo prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que a ASCON LTDA reenviasse as planilhas escoimadas dos vícios identificados. A solicitação foi atendida pela licitante no prazo estabelecido. Foi aberta, então, uma tentativa de negociação para redução do preço, conforme estabelece a Seção IX do Edital 14/2019 (Da Negociação). A licitante concordou em reduzir o



**JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
PREGÃO**

preço, ofertando um valor de **R\$ 1.315.000,00 (um milhão trezentos e quinze mil reais), sendo esse o valor final ACEITO pelo pregoeiro (documento 78756/2019).**

Vencida a fase de aceitação, passou-se à habilitação, com a solicitação de que as licitante enviasse, no prazo de 02 (duas) horas, por meio da opção “enviar anexo” do Sistema, os documentos exigidos na Seção XI do Edital 14/2019. Os documentos foram enviados no prazo estabelecido.

Analizada a documentação, verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99) (documento 78759/2019);
- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (documento 78759/2019).

**Observação: as declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.**

- A habilitação jurídica foi comprovada através da apresentação de contrato social, cadastro nacional de pessoa jurídica e alvará de funcionamento (documento 78765/2019);

**OBS: Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.**

- Para fins de regularidade fiscal, foram apresentadas (documento 78769/2019):
  - a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação ativa;
  - b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 24/04/2019;
  - c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 01/10/2019;
  - d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, com validade até 29/04/2019.



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA**  
**PREGÃO**

- A regularidade trabalhista foi comprovada com apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, válida até 19/07/2019 (documento 78774/2019).

- Qualificação econômico-financeira foi comprovada, da seguinte forma (documento 78779/2019):

a) Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida em 26/03/2019, válida por 60 dias.

b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei.

- O balanço apresentado apresentou os seguintes índices:

**a)** Índices de Liquidez Geral (LG): 158,63;

**b)** Liquidez Corrente (LC): 158,83;

**c)** Solvência Geral (SG): 158,83.

Todos, portanto, superiores a 1, conforme exigência editalícia.

- O Capital Circulante Líquido apresentado foi de R\$ 712.672,81. Superior, portanto, a R\$ 219.079,00 (16,66% dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento do valor da proposta da licitante);

- Patrimônio Líquido de R\$ 717.188,19. Superior a R\$ 131.500,00 10% (dez por cento) do valor da proposta da licitante.

- Sobre a qualificação técnica, após consulta à Unidade Demandante, verificou-se que (documento 78809/2019):

1. A qualificação técnico operacional foi atendida através do atestado da empresa RISA, registro CAT 75089/2014;

2. A qualificação técnico profissional foi atendida da seguinte forma:

- 1.e.1 e 1.e.2 – foram atendidos através do atestado com CAT do eng. Moises Vieira Lopes Filho, registro CAT 75089/2014;

- 1.e.3 à 1.e.5 – foram atendidos através do atestado com CAT do eng. Antonio Raimundo Silva Souza, registro CAT 809670/2019.



**JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
PREGÃO**

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas (documento 78813/2019):

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php);
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- c) Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Nas consultas acima mencionadas não foram encontradas informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

**A ASCON LTDA foi declarada a vencedora do item único do pregão.**

Finalizado o prazo para registro de intenção de recorrer, não houve manifestação, sendo a sessão encerrada.

**Os preços constantes das propostas foram registrados na Ata, que foi juntada ao processo através do documento nº 78848/2019.**

É o Relatório, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.  
De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, 22 de abril de 2019.

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro